



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

EDITAL N.º 065/2014

Informa o gabarito das provas objetiva e dissertativa, bem como a lista dos candidatos aprovados e a data de realização da entrevista.

A Comissão de Processo Seletivo de Estágio do Foro Regional de Piraquara

RESOLVE informar que:

1) O espelho de prova e o respectivo gabarito encontram-se no anexo I.

2) Em conformidade com o item 3 do Edital nº 12/2014, os recursos da fase objetiva e dissertativa devem ser endereçados ao Presidente da Comissão do Processo Seletivo, Bruno Stoppa, e encaminhados até o dia 21 de março de 2014 para o seguinte email: bruno.stoppa@defensoria.pr.gov.br, ou protocolados na sede da Defensoria Pública em Piraquara, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1.417.

(i) Caso o candidato deseje, poderá ter acesso à sua prova na sede da Defensoria Pública em Piraquara, das 12 às 18 horas, nos dias 19, 20 e 21 de março de 2014.

(ii) O resultado dos recursos será publicado no dia 24 de março de 2014, no site da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

3) Foram aprovados os seguintes candidatos, cujas respectivas notas são:

(i) Agnaldo Paz de Oliveira (Prova Objetiva: 5,0; Prova Dissertativa: 5,5);

(ii) Renan Vinícius Grande Roberto (Prova Objetiva: 5,5; Prova Dissertativa: 5,0);

(iii) Simone Tironi Campos (Prova Objetiva: 5,0; Prova Dissertativa: 6,5);



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

(iv) Valcir Jose Frasson (Prova Objetiva: 6,0; Prova Dissertativa: 7,5).

4) A Defensoria Pública entrará em contato com os candidatos habilitados para agendar a entrevista, a qual será realizada na sede da Defensoria Pública em Piraquara.

Curitiba, 18 de março de 2014.

BRUNO STOPPA

Presidente da Comissão de Processo Seletivo de Estágio do

Foro Regional de Piraquara.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIOS DA DEFENSORIA PÚBLICA – PIRAQUARA

GABARITO: A alternativa correta encontra-se em negrito.

1. Julgue os itens abaixo.

I - () É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

II - () Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

III - () São gratuitos, para os reconhecidamente pobres, na forma da lei, o registro civil de nascimento e a certidão de óbito. São gratuitas, ainda, as ações de “habeas corpus” e “mandado de segurança”, nos termos da Constituição da República.

IV - () as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em qualquer caso, o trânsito em julgado.

a) **V-V-F-F**

b) V-V-V-F

c) V-F-V-V

d) V-V-V-V

2. Assinale a alternativa correta:

a) **São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.**

b) A despeito da independência dos Poderes, sabe-se que o Poder Executivo prevalece sobre os demais.

c) Em homenagem ao princípio da separação dos poderes é defeso que o Judiciário interfira em políticas públicas, ainda que para garantir o mínimo existencial.

d) É possível proposta de emenda constitucional tendente a abolir a separação dos Poderes.

3. Assinale a assertiva FALSA:

a) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição Federal de 1988;

b) **A casa é asilo inviolável do indivíduo,**



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação da autoridade policial;

c) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido o prévio aviso à autoridade competente;

d) a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

4. A Emenda Constitucional nº 66/2010, conhecida como “Emenda do Divórcio” importou em relevante alteração no Direito Constitucional, notadamente na seara do Direito de Família. Nesse contexto, as Emendas Constitucionais ilustram a manifestação:

- a) Do Poder Constituinte Originário;
- b) Do Poder Constituinte Concorrente;
- c) Do Poder Constituinte Derivado Revisor;
- d) Do Poder Constituinte Derivado Reformador.**

5. Com relação aos princípios do direito penal, julgue os itens a seguir:

I. O princípio da intervenção mínima, também

conhecido como *ultima ratio*, orienta e limita o poder incriminador do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se legitima se constituir meio necessário para a proteção de determinado bem jurídico.

II. No direito penal sempre vigora o princípio *tempus regit actum*.

III. À luz da dogmática penal, é perfeitamente possível a análise das condições pessoais do acusado para fins de reconhecimento do princípio da insignificância.

São verdadeiras as assertivas:

- a) I, II e III
- b) I**
- c) I e II
- d) III

6. Assinale a alternativa correta:

- a) Inexiste hipótese de homicídio ser, ao mesmo tempo, privilegiado e qualificado.
- b) A receptação não admite tentativa.
- c) O roubo simples, ainda que tentado, não admite a suspensão condicional da pena (Art. 77 do CP), dada a gravidade do crime.
- d) Para a jurisprudência dominante a majorante do repouso noturno é inaplicável quando o furto for praticado em lugar desabitado ou na ausência dos moradores.**



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

7. No que tange à Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O artigo 28 prescreve penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Em hipótese alguma será possível aplicar pena privativa de liberdade ao usuário.
- b) É possível a redução da pena do tráfico de drogas, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique à atividade criminosa ou integre organização criminosa.
- c) Segundo a Lei de Drogas, o juiz na fixação das penas, considerará, com preponderância sobre o previsto no art. 59 do Código Penal, a natureza e a quantidade da substância ou do produto, a personalidade e a conduta social do agente.
- d) Na hipótese de autofinanciamento para o tráfico ilícito de drogas, é possível o concurso material entre os crimes de tráfico (art. 33, caput, da Lei 11.343/2006) e de financiamento ao tráfico (art. 36).

8. Com relação às prisões processuais, julgue os itens a seguir:

I. Nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.

II. É causa de relaxamento da prisão em flagrante a não comunicação da Defensoria Pública em até 24 horas, ainda que o preso indique o nome do seu advogado à autoridade policial.

III A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria

São verdadeiras as assertivas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) III

9. Assinale a alternativa correta:

- a) **O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.**
- b) É possível, no caso concreto, admitir-se prova ilícita em favor da acusação, vez que no processo penal vige a busca da verdade real.
- c) A gestão da prova pelo juiz (Art. 156 do CPP) é consentânea com o modelo acusatório,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

adotado pela Constituição Federal.

d) A presunção de inocência impõe verdadeiro dever de tratamento, a qual subdivide-se em dimensão interna e dimensão externa. Aquela diz respeito à proteção contra a publicidade abusiva e estigmatizante do réu, especialmente pelo julgamento midiático, enquanto esta impõe que o juiz se abstenha de produzir provas, absolvendo o indivíduo no caso de dúvida.

10. Sobre o direito de visitas e os alimentos, é correto afirmar:

a) Os avós possuem direito de visitas em relação aos netos;

b) A obrigação alimentar pode recair aos avós, sendo tal obrigação solidária com a dos pais;

c) Somente aos filhos cabe o direito à prestação de alimentos, não podendo os pais, por sua vez, pleiteá-los;

d) A obrigação alimentar não se transmite, em nenhuma hipótese, aos herdeiros do devedor;

11. Sobre as disposições acerca da personalidade no Código Civil, é INCORRETO afirmar:

a) São relativamente capazes os maiores de 16 anos e menores de 18 anos;

b) São absolutamente incapazes os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses

atos;

c) Os pródigos são considerados absolutamente incapazes.

d) O direito ao nome compreende o prenome e o sobrenome.

12. Assinale a alternativa correta:

a) O divórcio não pode ser concedido sem que haja prévia partilha de bens;

b) A guarda pode ser unilateral ou compartilhada;

c) Para a lei civil, só se admite o parentesco natural, ou seja, apenas aquele que resulte de consanguinidade;

d) Basta a confissão materna para excluir a paternidade.

13. Sobre a execução de alimentos, é correto afirmar:

a) Por seu caráter aflitivo, o cumprimento da prisão exime o devedor de alimentos do pagamento das prestações vencidas e vincendas;

b) O executado poderá, no prazo de 10 dias, apresentar justificativa, nos moldes do artigo 733, do Código de Processo Civil;

c) A execução da prestação alimentícia somente poderá ocorrer em relação aos últimos 03 débitos, sendo os débitos anteriores insuscetíveis de qualquer



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

modalidade de execução;

d) Não cabe a execução dos alimentos provisórios, fixados em decisão interlocutória, sendo necessário o julgamento definitivo da ação de alimentos para a propositura da execução do débito alimentar;

e) **Na execução de sentença ou de decisão, que fixa os alimentos provisionais, o juiz mandará citar o devedor para, em 3 (três) dias, efetuar o pagamento, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo.**

14. Assinale a alternativa correta:

a) **Nos termos da Lei 5478/68, que dispõe sobre a ação de alimentos, a ausência do autor em audiência implica em arquivamento do pedido, e a ausência do réu importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato;**

b) Não há, em qualquer hipótese, a possibilidade de citação por edital na ação de alimentos;

c) Na execução de prestação alimentícia nos moldes do artigo 732, do Código de Processo Civil, recaindo a penhora em dinheiro, o oferecimento de embargos pelo devedor obsta que o exequente levante mensalmente a importância da prestação;

d) O foro competente para a ação de divórcio é o do domicílio do réu;

e) Na ação de alimentos, o valor da causa será a soma de 10 (dez) prestações mensais, pedidas

pelo autor.

15. A Lei 12010/09, que alterou diversos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ficou conhecida como Lei da Adoção. Trouxe como diretriz a excepcionalidade de colocação de crianças e adolescentes em família substituta, deixando clara a opção legislativa de manutenção do infante em sua família natural. Assim, a adoção, como medida excepcional, exige inúmeros requisitos.

Dentre eles:

a) idade mínima de 21 anos para o adotante.

b) a adoção é deferida preferencialmente aos ascendentes e irmãos do adotado.

c) a adoção sempre depende do consentimento dos pais ou representante legal do adotando.

d) a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.

16. Sobre o Direito da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta:

a) A Constituição da República de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente filiam-se ao paradigma da proteção integral, erigindo crianças e adolescentes como sujeitos de



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

direito, e não mais como objetos de proteção.

b) Na interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve-se levar em conta os fins sociais a que ele se dirige, exigências do bem comum, direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e adolescente como pessoas em desenvolvimento.

c) Considera-se criança a pessoa até os 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

d) Dispensa-se a oitiva da criança e adolescente para sua colocação em família substituta, através de guarda, tutela, ou adoção, nos termos do Estatuto da Criança e Adolescente.

17. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. O Estatuto da Criança e Adolescente prevê a aplicação de medidas socioeducativas aos adolescentes aos quais se impute a prática de atos infracionais. Sobre a aplicação dessas medidas, é incorreto afirmar que:

a) é assegurado ao adolescente a defesa técnica por advogado, e o direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável, em qualquer fase do procedimento.

b) a advertência é medida socioeducativa que pode ser aplicada, desde que haja indícios da materialidade e autoria da prática de ato

infracional.

c) a autoridade judiciária pode, internado o adolescente, suspender temporariamente a visita, inclusive dos pais ou responsáveis, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

d) a remissão pode ser concedida ao adolescente, como forma de exclusão ou suspensão do processo. Em qualquer caso, não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação de responsabilidade, nem prevalece para fins de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semi-liberdade e internação.

18. São funções institucionais da Defensoria Pública, exceto:

a) prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus;

b) patrocinar ação penal pública e a subsidiária da pública;

c) atuar nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando a assegurar às pessoas, sob quaisquer circunstâncias, o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais;

d) participar, quando tiver assento, dos conselhos federais, estaduais e municipais



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

afetos às funções institucionais da Defensoria Pública, respeitadas as atribuições de seus ramos.

19. Acerca das garantias e prerrogativas dos membros da Defensoria Pública, é possível afirmar que:

- a) consiste em prerrogativa do membro da Defensoria Pública ter acesso aos estabelecimentos prisionais e de internação de adolescentes, mediante prévio agendamento;
- b) é garantido aos defensores públicos a independência funcional no desempenho de suas atribuições, a inamovibilidade, a irretutibilidade dos vencimentos, e a vitaliciedade;
- c) **é prerrogativa do Defensor Público requisitar de autoridade pública ou de seus agentes exames, certidões, perícias, vistorias, diligências, processos, documentos, informações, esclarecimentos e providências necessárias ao exercício de suas atribuições;**
- d) o Defensor Público representa as partes, em feitos administrativos ou judiciais, mediante mandato.

20. Nos termos do art. 134, da Constituição da

República, “a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”. Nesse contexto, é possível afirmar que:

- a) A Defensoria Pública é instituição à qual incumbe prestar assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos;
- b) À Defensoria Pública incumbe apenas a tutela dos direitos individuais daqueles que comprovarem insuficiência de recursos;
- c) A insuficiência de recursos a que alude o art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República de 1988, é comprovada mediante declaração de pobreza, nos termos da Lei 1060/50;
- d) **A Defensoria Pública é instituição autônoma a qual incumbe a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, em procedimento administrativo realizado na própria instituição.**



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

DISSERTATIVAS:

PENAL

1. O Sr. José foi condenado à pena de 8 anos de reclusão, pela prática de extorsão mediante sequestro (Art. 159, *caput*¹). Do fato criminoso até a prolação da sentença decorreram 6 meses, nos quais o réu permaneceu preso provisoriamente. O juiz fixou regime inicial fechado e negou o direito do réu apelar em liberdade, fundamentando da seguinte forma: “o crime é grave e causa repulsa à sociedade ordeira de Piraquara. Ademais, o intento de lucro fácil, sem qualquer respeito ao patrimônio alheio, denota personalidade voltada para o crime, a despeito da primariedade do réu”. Há fundamento jurídico para impugnar tal decisão? Justifique.

O candidato poderia abordar os seguintes fundamentos para impugnar referida decisão: Art. 33, § 2º, “b” do CP; Art. 387, § 2º do CPP; Súmula nº 440 do STJ; Súmula nº 718 do STF; Súmula nº 719 do STF

DISSERTATIVA: CIVIL

2. Cite e explique o conceito e as características dos diferentes meios de constituição de família existentes, abordando necessariamente os institutos do casamento e da união estável.

1 Art. 159 - Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate: Pena - reclusão, de oito a quinze anos..



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Avenida Getúlio Vargas, 1.417, Centro, CEP 83.301-010, Piraquara

O candidato deveria tratar da concepção de família segundo a Constituição Federal de 1988, bem como o Código Civil de 2002, mencionando o princípio da pluralidade na constituição familiar. Assim, para além da família formada pelo casamento e pela união estável, temos exemplificativamente a família monoparental e anaparental, dentre outras. Esperava-se que o candidato ainda explicasse as características do casamento e da união estável.